

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO Nº 257/13/IE

PROCESSO: 13.637/99
INTERESSADO: Intervalles Minérios Ltda.
ASSUNTO: Ampliação das atividades de extração de rocha granito-gnáissica
MUNICÍPIO: Santos

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da Súmula do Parecer Técnico nº 257/13/IE elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação das atividades de extração de rocha granito-gnáissica (poligonais DNPM nº 820.231/90 e 820.265/86), no município de Santos, sob responsabilidade da empresa Intervalles Minérios Ltda.

A ampliação da atividade minerária tem como objetivo o fornecimento de matéria-prima para a unidade de beneficiamento existente localizada na própria área do empreendimento, para produção de agregados destinados à construção civil.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se da ampliação da cava existente de 26,13 ha para 39,23 ha, com aprofundamento de 26 metros. Para a operação de lavra está previsto um aumento de 10% em relação ao atual quadro de funcionários.

Prevê-se a produção de 50.000 a 58.000 t/mês de agregados em uma vida útil de 30 anos, sem geração de estéril.

3. COMPATIBILIDADE LEGAL

Foi apresentada a manifestação da Prefeitura Municipal de Santos, que demonstra a conformidade do empreendimento com as diretrizes de uso e ocupação do solo.

Os documentos referentes ao DNPM comprovam o direito minerário dos Processos DNPM 820.265/86 e 820.231/90, em nome da empresa Intervalles Minérios Ltda.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais impactos ao meio ambiente decorrentes da ampliação e operação do empreendimento, bem como as principais medidas de mitigação e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e pela CETESB são as que seguem.

- **Expectativa da População quanto à Ampliação do Empreendimento e Conflitos do Uso do Solo**

De acordo com o EIA, a ampliação do empreendimento poderá causar expectativas na população quanto à geração de novos empregos, aumento de tráfego veículos, geração de ruídos e vibrações e emissões de poeira. Para a LI deverá ser apresentado um Programa de Comunicação Social detalhado, contemplando a divulgação de informações sobre o empreendimento e sobre os programas e ações de controle e mitigação dos impactos relacionados.

- **Geração de Empregos e Impactos Relacionados à Mão de Obra**

Após a ampliação, está prevista para a operação do empreendimento um aumento de cerca de 10% em relação ao atual quadro atual de cerca de 90 funcionários. Para potencializar os impactos positivos do empreendimento, o empreendedor deverá priorizar a contratação da mão de obra local. Para a LI deverá ser apresentado um Programa de Treinamento e Capacitação de Mão de Obra.

- **Interferências no Sistema Viário**

Considerando o tráfego de caminhões para o transporte de matéria prima, produtos acabados, com cerca de 150 viagens/dia, e ônibus fretados para funcionários, sobre as vias utilizadas pelo empreendimento, deverá ser implementado um Programa de Controle de Tráfego de Veículos, contendo termo de cooperação com a Prefeitura Municipal para apoio e manutenção do sistema viário.

- **Interferências no Patrimônio Arqueológico**

O Relatório do Diagnóstico Arqueológico realizado nas áreas de ampliação não indica a existência de vestígios e/ou sítios arqueológicos na área do empreendimento, e foi aprovado pelo IPHAN para esta

fase de licenciamento. Para a emissão da LI deverá ser apresentada manifestação do IPHAN sobre o Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas a ser implementado nas áreas de ampliação.

- **Impacto Visual e Conflitos de Uso do Solo**

As atividades de mineração provocam alterações permanentes no relevo, com a modificação do uso do solo pela abertura das cavas e supressão de vegetação nativa. A fim de minimizar impactos visuais e a emissão de ruídos e de material particulado, deverá ser implantada uma barreira vegetal para o isolamento da área de beneficiamento e da porção noroeste da cava.

- **Perda da Cobertura Vegetal e Interferências em Áreas de Preservação Permanente**

Será necessária a supressão de 13,10 ha de Floresta Ombrófila Densa nos estágios médio e avançado de regeneração, dos quais 11,7 ha encontram-se em Áreas de Preservação Permanente. Para a LI deverão ser detalhados os Programas de Compensação Florestal, de Revegetação de Áreas de Preservação Permanente e de Conservação e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente.

- **Impactos sobre Unidades de Conservação**

De acordo com o EIA, o empreendimento encontra-se na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Itutinga Pilões – Cubatão. Foram apresentados o Parecer Técnico PESH – NIP – 04/2009 e Informação Técnica PESH/NIP nº. 198/13 da Fundação Florestal, com manifestação favorável ao empreendimento.

- **Impactos sobre a Fauna Terrestre e Aquática**

Dentre as espécies de fauna registradas na AID, sete encontram-se ameaçadas de extinção, sendo duas espécies de mamíferos, quatro espécies de aves e um réptil. Para a LI deverá ser apresentado o detalhamento do Programa de Conservação e Monitoramento da Fauna Terrestre e Aquática, além do Subprograma de Resgate e Salvamento da Flora e Fauna, visando mitigar e monitorar interferências sobre a fauna nativa.

- **Desencadeamento de Processos Erosivos e Assoreamento**

A intensificação dos processos erosivos e consequente assoreamento dos corpos d'água podem ocorrer devido às atividades de detonação, desmonte, abertura de vias, remoção de cobertura vegetal, destocamento e decapeamento. Foi solicitada, para a LI, a implementação de um Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos e de Assoreamento, incorporando algumas medidas às já adotadas atualmente.

- **Alteração no Fluxo das Águas Subterrâneas**

Trata-se de potencial impacto de rebaixamento do nível d'água subterrâneo devido à ampliação das cavas e interferência sobre corpos d'água superficiais. Foi solicitada, para a LI, a apresentação de um Programa de Monitoramento do Nível das Águas Subterrâneas.

- **Impactos sobre a Qualidade e Disponibilidade das Águas**

O lançamento de efluentes e intervenções em canais de drenagem natural, e em suas áreas de proteção, podem ocasionar degradação da qualidade das águas. A fim de mitigar o impacto, deverão ser adotadas medidas de controle e ser apresentado um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais.

- **Geração de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos**

Além do estéril, serão gerados resíduos como papel, plásticos, borrachas, sucatas metálicas, resíduos oleosos e efluentes sanitários e do sistema de drenagem da cava, tornando-se necessária sua gestão adequada. Para tanto foi solicitado para a LI, o detalhamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de Efluentes Líquidos.

- **Alteração da Qualidade do Ar e Geração de Ruídos e Vibrações**

Tratam-se de impactos associados às atividades de lavra, beneficiamento e transporte, decorrentes da emissão de gases provenientes de motores à combustão e material particulado, além de ruídos e vibrações associados ao desmonte de rocha. As medições realizadas indicam o atendimento aos padrões de emissão. Para a LI foram solicitados Programas de Controle de Emissões Atmosféricas e de Controle de Emissões Sonoras.

5. PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA

Com a desativação do empreendimento, é necessária a adoção de ações dentro de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, tendo como objetivo tornar a área estável, em condições apropriadas para um uso futuro. Para a LI deverá ser apresentado o detalhamento do Plano de Desativação, contemplando as medidas finais de reconformação topográfica e revegetação e a desmobilização das estruturas de apoio.

6. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação e a forma de pagamento dos recursos da compensação previstos na Lei 9985/2000, sendo a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor condicionante à emissão da LI. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na ampliação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.

7. CONCLUSÃO

Em função do exposto, o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico nº 257/13/IE. Nestes termos, sub mete ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da ampliação da atividade de extração de rocha granito-gnáissica, sob responsabilidade da empresa Intervalles Minérios Ltda., no município de Santos.

São Paulo, 07 de junho de 2013

(Original Devidamente Assinado)

Ana Cristina Pasini da Costa
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
Diretora